

Conflitos na formação do território e na definição de fronteiras: estudo de caso do bairro rural de Vargem no município de Bragança Paulista.

Conflicts in the formation of the territory and the definition of borders: a case study of the rural district of Vargem in the municipality of Bragança Paulista.

Conflictos en la formación del territorio y en la definición de fronteras: estudio de caso del barrio rural de Vargem en el municipio de Bragança Paulista.

Carolina Gonçalves Nunes

Doutoranda em Urbanismo pela Pontifícia Universidade de Campinas. Arquiteta Urbanista. Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
arq.carolina@carolinanunes.com.br

Ivone Salgado

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FAU e POSURB). Arquiteta Urbanista, Doutorado pelo Institut d'Urbanisme de Paris — Université de Paris XII e Pós-doutorado junto ao Istituto Universitario di Architettura di Venezia.
salgadoivone@puc-campinas.edu.br



RESUMO

Este trabalho discute os conflitos na formação do território, com foco no desenvolvimento das povoações que estão inseridas numa rede urbana. A área em estudo é uma região de fronteira, no território que esteve em disputa entre paulistas e mineiros, por séculos. Este conflito, que se origina pelas descobertas dos territórios auríferos no século XVII, teria sua solução somente em 1936, quando os governos mineiro e paulista, através de um decreto, acordam suas fronteiras. O estudo de caso de um bairro rural nesta região de fronteira, o bairro de Vargem, no município de Bragança Paulista, no ano de 1935, revela a dimensão micro-social deste conflito. Esse estudo foi realizado utilizando-se de análise de documentação cartográfica (recenseamento populacional e habitacional) e de documentação bibliográfica (álbuns comerciais locais) e procurou identificar os moradores do bairro rural de Vargem e suas identidades, mineira ou paulista; assim como sua relação com o município paulista, de Bragança, ou com o município mineiro, de Santa Rita de Extrema. O trabalho procura desvendar a teia social, econômica e de poder junto ao bairro rural de Vargem, aonde se localizava a última estação da ferrovia Bragantina, e onde alguns moradores se definiam como mineiros, moradores do município de Santa Rita de Extrema, Minas Gerais, criando sua relação peculiar em prol de seus interesses no contexto de uma economia financiada pelo capital gerado pela produção do café.

PALAVRAS-CHAVE: Bragança Paulista. Vargem. Conflito de fronteira.

SUMMARY

This work discusses the conflicts in the formation of the territory, focusing on the development of the settlements that are inserted in an urban network. The area under study is a border region, in the territory that has been in dispute between paulistas and miners, for centuries. This conflict, which originates from the discoveries of the auriferous territories in the seventeenth century, would have its solution only in 1936, when the Minas Gerais and São Paulo governments, through a decree, agree their borders. The case study of a rural neighborhood in this border region, the neighborhood of Vargem, in the municipality of Bragança Paulista, in the year 1935, reveals the micro-social dimension of this conflict. This study was carried out using cartographic documentation analysis (population and housing census) and bibliographic documentation (local commercial albums) and sought to identify the inhabitants of the rural district of Vargem and their identities, Minas Gerais or São Paulo; as well as its relationship with the municipality of Bragança, or with the municipality of Santa Rita de Extrema. The work seeks to unravel the social, economic and power network in the rural district of Vargem, where the last station of the Bragantina railway was located, and where some residents defined themselves as miners, residents of the municipality of Santa Rita de Extrema, Minas Gerais, creating its peculiar relationship in favor of its interests in the context of an economy financed by the capital generated by the production of the coffee.

KEY WORDS: Bragança Paulista. Vargem. Border conflict.

RESUMEM

Este trabajo discute los conflictos en la formación del territorio, con foco en el desarrollo de las poblaciones que se insertan en una red urbana. El área en estudio es una región de frontera, en el territorio que estuvo en disputa entre paulistas y mineros, por siglos. Este conflicto, que se origina por los descubrimientos de los territorios auríferos en el siglo XVII, tendría su solución sólo en 1936, cuando los gobiernos minero y paulista, a través de un decreto, despiertan sus fronteras. El estudio de caso de un barrio rural en esta región de frontera, el barrio de Vargem, en el municipio de Bragança Paulista, en el año 1935, revela la dimensión micro-social de este conflicto. Este estudio fue realizado utilizando análisis de documentación cartográfica (censo poblacional y habitacional) y de documentación bibliográfica (álbumes comerciales locales) y procuró identificar a los moradores del barrio rural de Vargem y sus identidades, minera o paulista; así como su relación con el municipio paulista, de Bragança, o con el municipio minero, de Santa Rita de Extrema. El trabajo busca desentrañar la red social, económica y de poder junto al barrio rural de Vargem, donde se ubicaba la última estación del ferrocarril Bragantina, y donde algunos residentes se definían como mineros, moradores del municipio de Santa Rita de Extrema, Minas Gerais, creando su relación peculiar en favor de sus intereses en el contexto de una economía financiada por el capital generado por la producción del café.

PALABRAS CLAVE: Bragança Paulista. Vargem. Conflicto de frontera.

1. Produção do território: os conflitos de fronteira entre os territórios paulista e mineiro

O conflito de fronteiras entre São Paulo e Minas Gerais originou-se não só da divergência das autoridades civis, mas também das eclesiásticas, sobre os limites dos termos das vilas e das freguesias na região de fronteira, conflito que se inicia no século XVIII e cuja solução se institui apenas em 1937, pela Lei Federal nº 375, de 7 de janeiro, sancionada pelo Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, que aprovou o convênio celebrado entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, sobre seus limites (OTTONI, 1960,p.19).

A rede eclesiástica na região que era formada por capelas, capelas curadas e freguesias se organizava territorialmente através do Bispados de Mariana e do Bispado de São Paulo, e nas suas Dioceses. A rede civil era formada pelas vilas e cidades e se organizava territorialmente pelas Comarcas, divisão administrativa das Capitânicas. A posse dos descobertos de ouro implicou em disputas territoriais entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo; assim como entre os bispados de São Paulo e Mariana, cujas delimitações territoriais se sobrepunham.

Os primeiros conflitos relacionados aos limites do território paulista e mineiro se originam ainda no período em que estes faziam parte da mesma capitania, a de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 1709. Para organizar a região das minas em relação ao poder civil, em 6 de abril de 1714, o governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, dividiu administrativamente o território mineiro em 3 comarcas: a Comarca do Rio das Velhas, a Comarca de Ouro Preto e a Comarca do Rio das Mortes, que tinham como sede, respectivamente, os Conselhos Municipais das Vilas de Sabará, Vila Rica e São João del-Rey. (SALGADO & PEREIRA, 2017)

No final do século XVIII, os mais influentes moradores da freguesia de Campanha do Rio de Verde passam a reivindicar a elevação da freguesia ao estatuto de vila através de petição encaminhada à rainha D. Maria I, quando solicitam o desmembramento de seu território do termo da Vila de São João del Rei. (ARAÚJO, 2008, p. 111-114)

A região requerida pelos moradores de Campanha para compor seu termo abrangia dez freguesias: além da própria freguesia de Campanha, Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí; e ainda três Julgados: Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí. Nesta disputa foi feita a anexação de freguesias, que haviam sido fundadas pelo bispado de São Paulo. Esta região corresponde hoje ao Sul de Minas.

Em 1798, seria elevada a Vila da Campanha da Princesa. Esta elevação precisa ser considerada, não só como uma resposta às disputas por território entre as duas vilas mineiras da Comarca do Rio das Mortes, mas também como uma resposta estratégica à elevação da Vila de Nova Bragança, em 1797, no território paulista.

Em 1797, o então Governador da Capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Castro e Mendonça (1797-1802), foi o responsável pela elevação a Vila de Nova Bragança. Sua política urbanizadora revela como este governo deu continuidade às estratégias de consolidação do território paulista inauguradas pelo governo de Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). A elevação da freguesia de Jaguary, próxima ao registro homônimo, no



território da Vila de Atibaia, estava vinculada aos conflitos e às definições de limites com a Capitania de Minas, no território estratégico junto ao caminho de Fernão Dias.

A restauração da Capitania de São Paulo, em 1765, foi motivada por questões geopolíticas que ficam evidenciadas nas instruções de governo que o Marquês de Pombal enviou a Dom Luis de Sousa Botelho de Mourão, governador da capitania. Nestas instruções, o ministro ordenava a construção de uma estratégia de consolidação territorial, reafirmando a posse do interior do continente, frente aos espanhóis. Esta política tinha por objetivo principal, além de combater os espanhóis, perseguir os jesuítas, reativar a economia e, conseqüentemente, fortalecer o poder central. A implantação dessa política colonizadora pretendia romper com o quadro de despovoamento do território paulista, e se deu através da inauguração da produção de açúcar voltada para o comércio metropolitano, produção esta articulada à produção de subsistência junto a uma rede de povoados, freguesias e vilas (BELLOTTO, 2007, p. 59 a 76)

Para Heloisa Bellotto há um choque entre a autoridade central e as ações autonomistas de Morgado de Mateus, de um lado, e os interesses locais da capitania que impulsionaram a política urbana. O conceito de *política de urbanização* remete à criação de novas povoações relacionadas com medidas de cunho militar do governo somado aos fatores de economia e sociedade local. (BELLOTTO, 2007, p.30)

A disputa de território com os espanhóis influenciou diretamente a formação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, no termo da Vila de Atibaia. Na época, quando eram constantes as tentativas de interiorização no território paulista, como a Capitania de São Paulo tinha um território ao norte mais povoado que o território ao sul da Capitania de Minas Gerais foi necessário a elevação desta freguesia como estratégia de proteção da Capitania de São Paulo. Contudo, outro fator teve grande peso na fundação desta freguesia: a proximidade com a fronteira da Capitania de Minas Gerais, que estimulou a procura por novas terras a serem exploradas na busca por ouro e pedras preciosas. A região da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari foi alvo de grandes desentendimentos por causa do limite de fronteira entre as duas capitanias, como foi alvo também de invasões por parte de mineiros interessados, principalmente, na possibilidade de encontrar ouro na região.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari se forma à margem de um dos caminhos que saía de São Paulo e ia para a região das minas gerais, o chamado caminho de Fernão Dias; e situava-se na região do Morro do Lopo. Já no século XVII, quando se inicia o processo de mineração no território paulista e a Coroa portuguesa passava a definir uma estratégia de controle e ocupação do território aurífero, caminhos foram sendo delineados neste território para alcançar as regiões de extração de ouro.

Neste processo de ocupação do território, os colonizadores iniciaram a penetração dos sertões, abrindo caminhos onde as milenares rotas indígenas contribuíram para adentrar o sertão. Os paulistas desenvolveram um modo de vida que assimilou os conhecimentos dos índios em relação às formas de penetração nos sertões. (CRUZ, 2010, p.15-6)

A região que corresponde hoje ao sul do estado de Minas Gerais, e que no século XVIII era o território da Comarca do Rio das Mortes, foi rota de penetração dos paulistas para a região dos descobertos auríferos. Um dos principais caminhos de penetração neste território era o Caminho de Fernão Dias:

O caminho de Fernão Dias partia de São Paulo em direção a Atibaia, passava por Bragança Paulista e pelo registro de Jaguarí, na altura de Camanducaia, seguia ao norte passando pela serra de Araquamaba (atual Canguava), rio do Peixe, pelo topônimo Três Irmãos, pelo povoado de Mandu (atual Pouso Alegre) e rio homônimo e seguia até o povoado de Santana do Sapucaí (atual Silvanópolis). Dalí, em direção nordeste, transpunha-se o rio Sapucaí em local chamado passagem do Sapucaí (antiga grafia) chegando-se a São Gonçalo e depois a Campanha do Rio Verde. De Campanha seguia-se novamente em direção nordeste passando pelos rios São Bento, Verde (em local denominado Ponte do Rio Verde), do Peixe, Angai, e Capivari, chegando-se ao local denominado Curralinho (não encontrada correspondência em mapas atuais), de onde se encontrava com o caminho Velho na passagem do Rio Grande (CRUZ, 2010, p. 20).

Com a intensificação da ocupação do território no ciclo do ouro, em Minas Gerais, no século XVIII, surge a questão da fronteira na região do Morro do Lopo, cuja configuração se deu em meio a conflitos que envolveram uma disputa secular. Inicialmente travada entre os habitantes originais (indígenas), posteriormente entre os agentes e representantes da Coroa: de um lado mineiros, de outro, paulistas. A esse respeito, não é demais notar que o conceito de fronteira se distingue do simples limite, que determina rigidamente, pelo menos em tese, onde começa um território, portanto onde acaba o outro.

Para Beatriz Piccolotto Bueno, as fronteiras, de fato, não são linhas imóveis, mas sim zonas que na maioria das vezes, no século XVIII, em terras paulistas, estão em disputas. Os diversos contornos assumidos pelo atual estado de São Paulo oscilaram ao sabor de interesses oficiais e extraoficiais, materializando-se numa complexa rede urbana, viária e fluvial, viabilizada pela associação entre índios e portugueses. (BUENO; 2009, p.253)

As fronteiras do período colonial não se restringiam a simples marcos geográficos, mas correspondiam aos limites fixados pela movimentação dos homens no território. A fronteira sempre se caracterizou como lugar de conflito e o período colonial foi farto em disputas entre as Capitânicas de São Paulo e Minas Gerias. A tensão se desenvolvia alternando intervalos de calma e grandes conflitos voltados para a expansão do território. E, no caso específico da região do Morro do Lopo, alargamento de territórios era não só garantia de poder, mas, principalmente, acesso às terras auríferas.

Durante décadas, os moradores das áreas de divisas tinham dúvidas sobre a qual capitania pertenciam suas terras e, principalmente, a quem deveriam responder civil e juridicamente. O problema segue sem solução durante o reinado de D. João VI, o primeiro governo de D. Pedro I, os 50 anos do segundo reinado de D. Pedro II e os 47 primeiros anos da vida republicana. Em

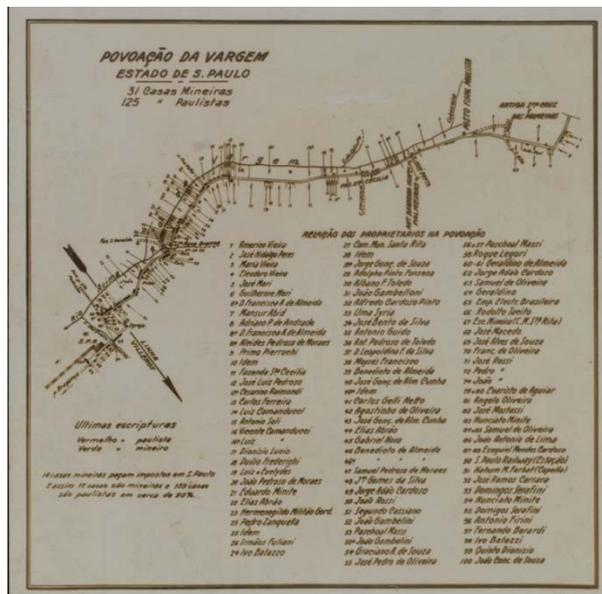
1936, finalmente os governadores de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, e de Minas Gerais, Benedito Valadares, encerraram a questão: a referência para a divisa, na região do Moro do Lopo, passaria a ser a Serra da Mantiqueira.

2. A delimitação no território (paulista e mineiro) do bairro rural de Vargem no município de Bragança Paulista em 1935.

O estudo de caso do bairro denominado Vargem, que em 1935 pertencia à Vila de Bragança Paulista, é representativo dos conflitos entre paulistas e mineiros na definição da fronteira. Em 1935, um ano antes de oficializar a linha da divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, pelos governadores de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, e de Minas Gerais, Benedito Valadares, este bairro rural do município de Bragança Paulista, inicialmente chamado de bairro Bandeirante e posteriormente chamado de Vargem, estava situado muito próximo da atual divisa e possuía habitantes mineiros e paulistas.

Em 1935, foi realizado um recenseamento da população do bairro de Vargem, e também foram identificadas as casas e seus respectivos moradores. (figura 1). Foi recenseado um total de 156 casas; dentre elas, 139 eram de moradores que se declaravam paulistas e pagavam seus impostos para o governo paulista. Todavia, outros 17 moradores se consideravam moradores de terras mineiras e pagavam seus impostos para o governo paulista, e 14 moradores consideravam morar em território mineiro e pagavam seus impostos para o governo mineiro. Somando 31 moradores mineiros.

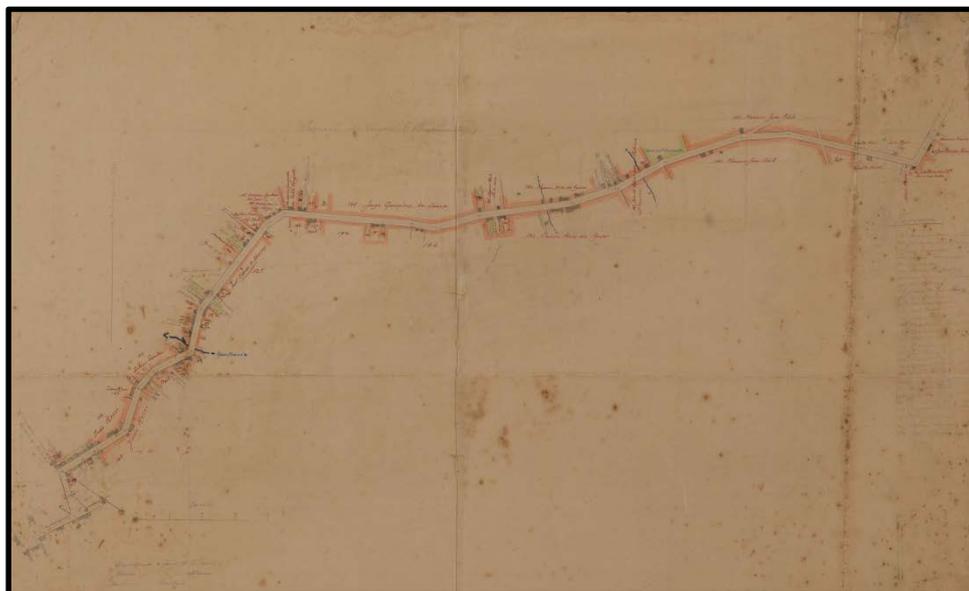
Figura 1: Povoação da Vargem, Estado de São Paulo. Autor desconhecido, 1935. Escala 1:3000.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para a identificação desses moradores utilizamos também um provável rascunho deste mapa (figura 2), e cruzamos os dados ali obtidos com informações contidas no livro “As nossas Riquezas” volume III, Município de Bragança, do autor João Netto Caldeira. Esse livro foi produzido pela “Empresa Commercial e de Propaganda Brasil”, no ano de 1929, com o intuito de divulgar de forma comercial o município. Nele, os comerciantes, o demais empreendedores podiam anunciar seus negócios desde que o financiassem. As informações contidas neste livro tinham o propósito de enaltecer a personalidade e a localidade com diversos adjetivos positivos e nobres. Porém, é um documento que não se aprofunda na população como um todo, pois quem não financiasse sua publicação não teria ali a divulgação do seu negócio. No documento que foi provavelmente o rascunho (figura 2) do mapa do bairro (figura 1), estão assinaladas em verde as casas dos moradores que se intitulavam mineiros.

Figura 2: Povoação da Vargem Estado de São Paulo. Autor desconhecido, sem data e escala.

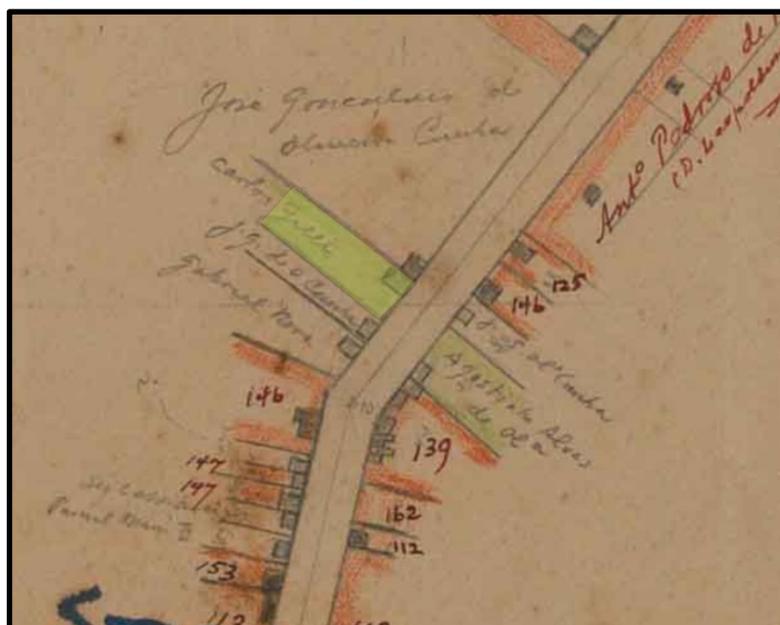


Fonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O livro “Nossas Riquezas do município de Bragança” revela a existência de um comerciante, Carlos Guilli, que alugava um imóvel no bairro de Vargem para a sua farmácia “Vargense”, no lote 41 (figura 3). Carlos Guilli Neto era morador de Bragança e consta que ele se mudaria para o imóvel para estabelecer residência e comércio naquele endereço. Logo, entende-se que, o proprietário do imóvel intitulava-se mineiro; sobre este não consta informação.



Figura 3: Recorte do mapa Povoação da Vargem Estado de São Paulo. Autor desconhecido, sem data e sem escala. Onde em verde destaca-se o lote da Farmácia “Vargense”.



Fonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 4: Imagem do imóvel onde funcionava a farmácia “Vargense”, lote considerado mineiro, e alugado pelo Sr. Carlos Guilli Netto.



Fonte: “Nossas Riquezas do Município de Bragança”, 1926, p. 334.

Outra morados do bairro rural de Vargem que considerava o seus imóveis em solo mineiro é Evaristo D'Aquino, dono das Industrias Santa Helena; um italiano de nascimento chegou em Vargem em 1913, vindo de Atibaia, firmou em Vargem não somente sua residência mais também sua indústria de serraria e maquina de beneficiar café, situada em lotes vizinhos.

Figura 5: Recorte do mapa Povoação da Vargem, Estado de São Paulo. Autor desconhecido, sem data e escala. Onde em verde destaca-se os lotes da residência e indústria do sr. Evaristo D'Aquino.

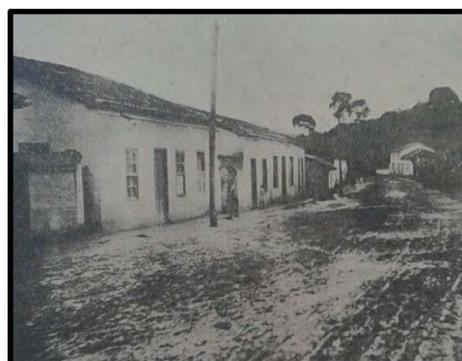


Fonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 6: Imagem da residência do sr. Evaristo D'Aquino.



Figura 7: Imagem das Industrias Santa Helena.



Fonte: "Nossas Riquezas do Município de Bragança", 1929, p. 348 e 349.

Vale destacar também, que a Igreja do bairro rural de Vargem ficava no lote de Nahum Mathias Farhat (figura 8) chefe político do bairro e proprietário de 4 grandes fazendas produtoras principalmente de café, a fazenda Santa Cecília, a fazenda São João, a fazenda Santa Maria e a fazenda Santa Pedrina, todas nos arredores do bairro de Vargem.

Figura 8: Recorte do mapa Povoação da Vargem, Estado de São Paulo. Autor desconhecido, sem data. Escala 1:3000.

Onde em amarelo destaca-se o lote de Nahum Mathias Farhat, com a Igreja do bairro.



Fonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para além da ques imento do espaço pelos próprios moradores, há ainda uma lacuna que a análise cartográfica permitiu levantar. Muito próximo do atual município de Vargem, passando a fronteira instaurada em 1936 entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, está o município de Extrema, anteriormente chamada de Registro, esta povoação foi fundada pelo paulista José Alves, que doou suas terras para a construção da capela em devoção a Santa Rita, em 1832. Porém, os mapas da figura 1 e 2, datados de 1935 revelam na legenda que os lotes 27 e 28 se referem à Câmara Municipal de Santa Rita, e o lote 67, se refere à da escola mineira (C. M. Santa Rita).

Figura 9: Recorte do mapa Povoação de Vargem Estado de São Paulo. Autor desconhecido, 1935. Escala 1:3000. Onde em verde encontra-se a estação de trem, a última da ferrovia Bragantina, em vermelho a escola mineira Santa Rita e em azul os lotes da Câmara Municipal de Santa Rita.



Fonte, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

3. Considerações finais:

O bairro rural de Vargem, no ano de 1935, um ano antes do acordo entre os governos mineiro e paulista, sobre os limites de suas fronteiras, acordo este que designaria este bairro como pertencente território paulista, pertencente ao Município de Bragança, apesar de possuir 90% de sua população que se declarava paulista, ainda possuía 31 moradias nas quais os moradores se intitulam mineiros. Este, por se declararem mineiros, pagavam impostos à Câmara Municipal de Santa Rita, município que na definição de limites ficou pertencente ao estado de Minas Gerais. A construção de escola de um município mineiro de Santa Rita, recém fundado, é a materialização do conflito, até aquela data não resolvido, que fez com que, os moradores que se consideravam mineiros estivessem submetidos ao controle das autoridades mineiras, sobretudo no que se referia ao pagamento de impostos, e aqueles que se declarassem paulistas às autoridades paulistas. Contruiu-se, portanto, uma linha imaginária que dividia este território,



muitas vezes uma divisão compreendida e vivida de forma muito diferente e particular pela população local.

A provável justificativa seria a estação de trem, responsável pelo crescimento dos negócios e moradores do bairro de Vargem, aliado a interesses políticos e econômicos.

Portanto, ainda que exista a consolidação da ocupação de um território, o fortalecimento de uma economia, a fronteira ainda assim é motivo de variações, trata-se de pertencimento, interesses econômicos e possibilidades de desenvolvimento. O artigo procurou demonstrar que a definição de fronteira não restringe-se simplesmente a um decreto político, sem desmerecer sua valia e fundamental importância, porém, nas necessidades da formação, crescimento e organização de um território muitas vezes ultrapassam as fronteiras estaduais que mesmo existindo não contem e nem inibem o desenvolvimento de uma região.

A análise em questão apresenta uma enorme lacuna para desvendar a teia social, econômica e de poder que acontecia no bairro rural de Vargem, localização periférica de Bragança, última estação da ferrovia Bragantina e a mais próxima de Minas Gerais, onde moradores mineiros, paulistas, estado de São Paulo, estado de Minas Gerais e o município de Santa Rita de Extrema criam sua relação peculiar em prol de seus interesses financiado pelo capital do café.

AGRADECIMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais do século XIX (1798-1840)**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2008.

Arquivo Público do Estado de São Paulo — **Cartográfico**, Vargem. 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1755 – 1775)**, São Paulo: Editora Alameda, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **“Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”**, Anais do Museu Paulista, vol.17, n.2, São Paulo, 2009, p. 251 – 294.

CALDEIRA, João Netto. **Nossas Riqueza, Município de Bragança**. Editora Empreza Commerciale de Propaganda Brasil, São Paulo, 1929, p. 335.

CAMARA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA. **Câmara do Município de Bragança Paulista: trajetória e identidades, 1797-1997**. Bragança Paulista: Câmara do Município, 1998.

CRUZ, C. F., **Fazendas do sul de Minas Gerais. Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX**. Brasília: IPHAN (Programa Monumental). 2010.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte: Criação Urbana e Organização Territorial na Capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese de Doutorado da FAU-USP, São Paulo, 2010.

Fonseca, C. D. **Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e tensões nas Vilas do Norte da Capitania de São Paulo (1788 – 1808)** Dissertação de Mestrado, UNESP, Franca, 2012.

LAURITO, Domingos; MARTINS, Nelson Silveira. **Bragança 1763-1942**. Coleção São Paulo através da História. São Paulo: Ed. Mario M. Ponzini e Cia. 1943.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **Região bragantina: estudo econômico social (1653-1836)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1974.

Marx, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo. 1991.

OTTONI, Homero Benedicto. **Poços de Caldas**. São Paulo: Editora Anhambi, 1960.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. . **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. LABOR & ENGENHO, v. 11, p. 218-241, 2017.